**Introdução**

A Decisão de Associação Ultramarina[[1]](#footnote-1) (DAU) define o quadro jurídico que rege as relações entre os países e territórios ultramarinos[[2]](#footnote-2) (PTU), os Estados-Membros a que estão ligados e a União Europeia. Em conformidade com o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia[[3]](#footnote-3) (TFUE), o objetivo da Decisão de Associação Ultramarina consiste em apoiar o desenvolvimento sustentável dos PTU e promover os valores da União no resto do mundo.

O apoio financeiro aos PTU é concedido principalmente através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), sendo 364,5 milhões de EUR atribuídos ao abrigo do 11.º FED para o período de programação 2014-2020[[4]](#footnote-4).

Em conformidade com o artigo 91.º da DAU, o citado relatório salienta os progressos realizados na aplicação dos recursos do 11.º FED destinados aos PTU em 2018.

**Recursos financeiros do 11.º FED-PTU**

Os recursos do 11.º FED disponíveis para os PTU estão repartidos pelas seguintes dotações, com base no anexo II da Decisão de Associação Ultramarina:

* 229,5 milhões de EUR para as dotações (bilaterais) territoriais;
* 100 milhões de EUR para a cooperação e a integração regionais;
* 21,5 milhões de EUR para o financiamento da ajuda humanitária e da ajuda de emergência, ou da ajuda em caso de flutuação das receitas de exportação;
* 5 milhões de EUR para financiamento de bonificações de juros e assistência técnica através da Facilidade de Investimento para os PTU do BEI;
* 8,5 milhões de EUR para estudos e assistência técnica, em conformidade com o artigo 81.º da DAU.

**Dezasseis PTU são considerados elegíveis para uma dotação territorial ao abrigo do 11.º FED, definida de acordo com os critérios estabelecidos na DAU.** Importa notar que a Gronelândia é financiada diretamente pelo orçamento geral da UE, com base na «Decisão relativa à Gronelândia»[[5]](#footnote-5).

**Os três programas regionais** visam promover a cooperação entre PTU da mesma região que partilhem idênticos desafios e prioridades. As ações financiadas pela dotação regional apoiam a elaboração e a execução de programas e projetos regionais abrangentes para fazer face a esses desafios. São ativamente encorajadas as parcerias com outras fontes de financiamento, incluindo outros instrumentos financeiros da União Europeia, através da cooperação com os Estados vizinhos, de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), e/ou com países terceiros, bem como com as regiões ultraperiféricas da UE.

Além de programas territoriais e regionais, **o programa temático**, o único programa do 11.º FED destinado a «todos os PTU», fomentará a cooperação regional entre os PTU.

**Processo de programação para o 11.º FED-PTU**

A parte IV da Decisão de Associação Ultramarina estabelece um **processo de programação específico para os PTU**. Contrariamente ao que sucede com os países ACP, a programação não se baseia em programas indicativos nacionais, antes se organiza em torno de **um processo de uma só fase, a elaboração do documento de programação, que tem duas componentes: a) a estratégia de resposta da UE (parte A); b) o documento de ação (parte B).**

A **Comissão** adota uma única **decisão formal** de aprovação do documento de programação de cada PTU, que abrange as orientações estratégicas e a conceção pormenorizada do programa.

**O apoio** **orçamental** é a modalidade preferida para a aplicação das dotações territoriais nos PTU (até à data, 12 dos 16 PTU que beneficiam do FED). Isto representa uma mudança positiva em relação à modalidade de projeto anteriormente utilizada em vários PTU. O apoio orçamental constitui um meio eficiente para responder aos desafios transversais, a longo prazo e de caráter estrutural, e para manter um diálogo político construtivo.

**Os PTU são os principais responsáveis pela elaboração dos documentos de programação**, incluindo a definição das prioridades que sustentam as suas estratégias e a organização das consultas locais necessárias. A pedido dos PTU, foi disponibilizada assistência técnica para os acompanhar no processo de programação, em conformidade com o artigo 81.º da DAU.

**Situação em 2018**

1. **Aplicação territorial do 11.º FED**

Graças ao empenho de todas as partes interessadas, registaram-se progressos na programação do 11.º FED em 2018, devidos a uma maior coordenação e a um maior diálogo. Com a adoção dos documentos de programação do 11.º FED para Santa Helena e Monserrate, 12 dos 16 PTU com uma dotação territorial concluíram a sua programação no final de 2018. Vários outros PTU realizaram progressos significativos tendo em vista a finalização no início de 2019[[6]](#footnote-6). Em termos de execução, em 2018, foram desembolsados 58,62 milhões de EUR no quadro do 11.º FED para os PTU (ver anexo 1).

No que se refere à execução em 2018:

Região das Caraíbas:

* No setor da **energia sustentável**, foram completados os desembolsos dos programas de apoio orçamental em Santo Eustáquio (primeira e segunda parcela fixas: 2,2 milhões de EUR) e Saba (segunda parcela fixa: 1,4 milhões de EUR), o que conferiu maior resiliência ao setor, permitiu aumentar a produção de energia de fontes renováveis e obter redes mais estáveis.
* No setor da **educação**, foram alcançados progressos graças aos programas em curso de apoio orçamental de Anguila (segunda parcela fixa: 1,75 milhões de EUR + 2,8 milhões de EUR de reforço para a dotação B) e das Ilhas Turcas e Caicos (segunda parcela fixa: 1 milhão de EUR + terceira parcela variável: 3,8 milhões de EUR + 2 milhões de reforço para a dotação B), que tornaram **os ensinos primário e secundário, assim como o ensino e a formação das vertentes técnica e profissional** mais aptos a satisfazerem as necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho.
* O ano de 2018 foi igualmente marcado pela **adoção e assinatura do documento de programação do 11.º FED para Monserrate** (18,4 milhões de EUR) destinado a apoiar o **crescimento económico** e a promover a evolução das políticas setoriais de concentração, como as energias de fontes renováveis e o turismo. Foi efetuado o primeiro desembolso (primeira parcela fixa: 5,4 milhões de EUR + 0,32 milhões de EUR de reforço para a dotação B). Este programa de apoio orçamental representa uma continuação do programa de apoio orçamental do 10.º FED que contribui para o plano de desenvolvimento sustentável da ilha.

Região do Pacífico:

* No **turismo**, a Polinésia Francesa (primeira parcela fixa: 7,45 milhões de EUR) progrediu na sua política setorial, para o que contribuiu um programa de apoio orçamental setorial, que atrai turistas e gera emprego. O documento de programação do 11.º FED relativo ao turismo nas Ilhas Pitcairn foi adotado em 2017 e assinado em 2018, o que representa uma continuação do programa de apoio orçamental do 10.º FED no mesmo setor, concluído em 2018.
* No **setor do emprego**, a Nova Caledónia prosseguiu a aplicação da sua política destinada a aumentar a empregabilidade, em especial através da formação técnica e profissional.
* No domínio do **desenvolvimento e da conectividade digital**, Wallis e Futuna registaram progressos consideráveis na sua estratégia digital (desembolso da primeira parcela fixa: 12 milhões de EUR). Numa altura em que a acessibilidade digital é essencial e oferece novas oportunidades económicas, o programa apoia, em particular, a implantação do cabo de banda larga entre Tui-Samoa e Wallis e Futuna, o que permitirá uma conectividade em banda larga de elevado débito.

Outros PTU:

* Tanto as ilhas Falkland como Santa Helena beneficiaram de programas de **conectividade** no âmbito do 11.º FED. Em Santa Helena, **o documento de programação foi adotado** no início de 2018, tendo sido alcançados progressos na implementação da estratégia digital (desembolso da primeira parcela fixa: 10 milhões de EUR). Nas Ilhas Falkland, realizaram-se os primeiros progressos no reforço de infraestruturas relacionadas com os transportes e a conectividade (desembolso da primeira parcela fixa: 2 milhões de EUR).
* No **turismo**, São Pedro e Miquelão melhorou a acessibilidade dos turistas; agora, na época alta, São Pedro tem a «lotação esgotada» (desembolso da primeira parcela variável: 3,25 milhões de EUR + terceira parcela fixa: 3,25 milhões de EUR).

De um modo geral, e ao longo do ano, os programas de apoio orçamental conduziram a diálogos políticos regulares com os PTU parceiros sobre as reformas da gestão das finanças públicas, as políticas setoriais e a situação macroeconómica.

O ano de 2018 foi marcado pela mobilização da **assistência técnica** (AT) para apoio aos gestores orçamentais territoriais e regionais no processo de programação. No final de 2018, foram celebrados contratos ou realizados estudos de assistência técnica para definir as estratégias setoriais de PTU ou determinar a sua elegibilidade para apoio orçamental no montante total de 3,6 milhões de EUR, no quadro das Facilidades de Cooperação Técnica I e II do 11.º FED.

1. **Cooperação regional no âmbito do 11.º FED**

Em 2018, alcançaram-se progressos significativos através da adoção dos três programas regionais PTU do 11.º FED:

* Para o **Pacífico**, o Programa Regional «PROTEGE» (*Projet régional océanien des territoires pour la gestion durable des écosystèmes* — 36 milhões de EUR), assinado em fevereiro de 2018, apoiará o desenvolvimento sustentável e resiliente da região através da proteção da biodiversidade e dos recursos naturais renováveis. Baseia-se no programa regional do 10.º FED «INTEGRE» (*Initiative des territoires pour la gestion régionale de l’environnement* — 12 milhões de EUR), que se centrou na gestão costeira integrada e no desenvolvimento de redes regionais (como a agricultura biológica, os resíduos e a adaptação às alterações climáticas).
* Para o **Oceano Índico**, o Programa Regional (4 milhões de EUR) assinado em fevereiro de 2018 visa melhorar a vigilância e a observação dos ecossistemas terrestres e marinhos nas Terras Austrais e Antárticas Francesas, restaurar os ecossistemas e reforçar os mecanismos de prevenção de impacto. O anterior programa regional do 10.º FED centrou-se na melhoria da gestão sustentável do património natural (tanto terrestre como marinho) de Maiote e das Ilhas Esparsas (3 milhões de EUR) através de instrumentos de avaliação e apoio à tomada de decisões.
* Nas **Caraíbas**, o Programa Regional «ReSEMBID» (Resiliência, Energia Sustentável e Biodiversidade Marinha, 40 milhões de EUR), assinado em outubro de 2018, reforçará a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento económico sustentável, centrando-se na resiliência, na energia sustentável e na biodiversidade marinha. Aumentará a eficiência energética das infraestruturas que têm um impacto elevado no consumo de energia, melhorará a proteção e a gestão sustentável da biodiversidade marinha e aumentará a capacidade de adaptação a fenómenos naturais extremos e recorrentes.

A formulação do **programa temático do 11.º FED em todos os PTU** alcançou igualmente progressos ao longo de 2018, com o acordo de todos os PTU sobre os dois setores prioritários, o da energia sustentável e o das alterações climáticas (incluindo a resiliência)[[7]](#footnote-7).

Por último, o apoio da UE à **Associação dos Países e Territórios Ultramarinos (APTU) através de uma subvenção de funcionamento** (1,1 milhões de EUR para dois anos) em 2018 permitiu à Associação reforçar a sua capacidade para cumprir o seu mandato. Tratou-se, nomeadamente, de coordenar os parceiros dos PTU para facilitar o diálogo com a UE, promover a parceria e apoiar o trabalho coletivo dos seus membros em vários domínios de interesse mútuo no âmbito da Associação UE-PTU.

1. **Furacões na região das Caraíbas**

Em setembro de 2017, dois furacões de categoria 5 atingiram vários países e territórios ultramarinos das Caraíbas, com rajadas muito violentas, marés de tempestade e chuvas torrenciais, que causaram danos generalizados em edifícios e infraestruturas básicas. Os PTU mais severamente afetados foram Anguila, São Martinho, Ilhas Turcas e Caicos, São Bartolomeu e Ilhas Virgens Britânicas. Sofreram igualmente danos Monserrate, Saba e Santo Eustáquio.

A estratégia de recuperação baseou-se numa combinação de resposta de emergência, até abril de 2018, e de ações complementares aos níveis nacional e regional, que prosseguiram ao longo de 2018. **A dotação B de 21,5 milhões de EUR não atribuída no quadro do 11.º FED foi mobilizada em 2018, no montante de 15,04 milhões de EUR** em benefício de Anguila (2,8 milhões de EUR), Monserrate (0,32 milhões de EUR), São Martinho (7 milhões de EUR), Ilhas Virgens Britânicas (2 milhões de EUR) e Ilhas Turcas e Caicos (2,92 milhões de EUR) **para ajuda pós-emergência**[[8]](#footnote-8).

Além disso, os serviços da Comissão trabalharam ativamente em conjunto com as autoridades dos PTU na adaptação dos programas territoriais e regionais do 11.º FED à situação dos PTU após o furacão, bem como no apoio aos seus esforços de resiliência. Foi incluída uma componente horizontal sobre resiliência no Programa Regional das Caraíbas do 11.º FED (40 milhões de EUR). Metade do orçamento total (20 milhões de EUR) foi redirecionada para esta componente, a fim de apoiar o aumento da resiliência a longo prazo nos PTU, em conformidade com o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento. No âmbito do mecanismo de apoio às catástrofes naturais do FED, iniciou-se em 2018 uma série de ações regionais de preparação para catástrofes que incluem Anguila, as Ilhas Virgens Britânicas, Monserrate e Ilhas Turcas e Caicos.

1. **Diálogo institucional**

Desde o início do exercício de programação, em dezembro de 2013, a Comissão Europeia tem apoiado ativamente os PTU ao longo de todo o processo de programação, facilitando a organização de seminários, *workshops* e conferências específicos de forma que permitam uma reflexão sobre as prioridades e os objetivos comuns. Realizaram-se muitos destes intercâmbios ao longo do ano de 2018.

Fórum PTU-UE

Com base nos resultados das várias reuniões de consulta de 2017, a semana do **16.º Fórum PTU-UE** (19-23 de fevereiro de 2018) constituiu uma boa ocasião para troca de pontos de vista e debate da relação pós-2020 entre os PTU e a UE.

Nas **conclusões do 16.º Fórum PTU-UE** (23 de fevereiro de 2018), a UE, os PTU e os Estados-Membros a que os PTU estão ligados reafirmaram o seu forte empenho em encontrar respostas sustentáveis para desafios cada vez mais complexos e interligados, e reiteraram o seu empenho na transição energética sustentável, inclusivamente num acesso alargado a serviços energéticos modernos, a energia de fontes renováveis e à eficiência energética.

A **nível técnico**, as **reuniões trilaterais** realizadas à margem do 16.º Fórum PTU-UE entre representantes da Comissão, gestores orçamentais territoriais/regionais dos PTU e Estados‑Membros a que os PTU estão ligados constituíram uma oportunidade para debater questões relacionadas com a programação e a cooperação e para planear as próximas etapas.

A **nível político**, as **reuniões trilaterais** (22 de fevereiro de 2018) entre o comissário europeu responsável pela Cooperação Internacional e pelo Desenvolvimento, Neven Mimica, os chefes de delegação e os Estados-Membros a que os PTU estão ligados constituíram uma oportunidade útil para destacar as prioridades políticas dos PTU e partilhar os seus pontos de vista sobre o período pós-2020.

Além disso, na véspera das reuniões trilaterais (21 de fevereiro de 2018), realizou-se um importante **evento sobre a política dos oceanos, a governação e o potencial do crescimento azul** com a participação dos PTU, dos Estados-Membros, da Comissão e da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Reuniões tripartidas

Por outro lado, a reflexão sobre as prioridades estratégicas comuns progrediu nas instâncias de diálogo da associação instituída por força da DAU. **A nível técnico, em 2018, foram organizadas cinco reuniões tripartidas entre a Comissão, os representantes dos PTU e os Estados-Membros a que estão ligadas** (nos meses de janeiro, abril, julho, outubro e dezembro[[9]](#footnote-9)), as quais proporcionaram uma plataforma de diálogo entre a Comissão, os PTU e os representantes dos Estados-Membros, em particular sobre o acompanhamento dos progressos na programação e execução do 11.º FED.

Grupos de trabalho da parceria e seminários

Em 16 de janeiro de 2018, efetuou-se uma reunião do Grupo de Trabalho da Parceria sobre **Comércio e Integração Regional** para troca de pontos de vista sobre os vários aspetos relacionados com o estatuto preferencial dos PTU no comércio com a UE e sobre todas as questões comerciais mais amplas de interesse comum.

Em 13 de março de 2018, efetuou-se uma reunião do Grupo de Trabalho da Parceria sobre **Serviços Financeiros**, na qual foi debatido o processo da lista comum da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais. No final de maio, realizou-se em Bruxelas um **seminário internacional sobre fiscalidade** para dar aos PTU um panorama das normas e dos critérios internacionais em que a UE baseia os seus critérios de análise e facilitar o diálogo entre os peritos técnicos dos PTU e os parceiros internacionais.

Em novembro de 2018, a APTU organizou com o apoio da Comissão um **seminário sobre os programas da UE**. O objetivo consistia em aumentar as capacidades dos PTU para se candidatarem aos principais programas da UE de interesse para aqueles países e territórios, como o programa sobre Investigação e Inovação, o COSME e o Erasmus+.

**Banco Europeu de Investimento (BEI)**

A DAU concede assistência financeira aos PTU através de mecanismos financeiros geridos pelo BEI: Facilidade de Investimento para os PTU (dotação atual: 48,5 milhões de EUR), financiamento das bonificações de juros e da assistência técnica (5 milhões de EUR) e recursos próprios do BEI (até 100 milhões de EUR durante o período 2014-2020, ao abrigo do 3.º Protocolo Financeiro).

No âmbito destas três dotações, não foram assinadas novas operações em 2018. No âmbito da Facilidade de Investimento para os PTU, no final de 2018 estavam em curso operações no montante de 61,4 milhões de EUR (este montante excede a dotação inicial de capital dado que o fundo é renovável e alguns reembolsos foram novamente emprestados). No que diz respeito à dotação para as bonificações de juros e a assistência técnica, apenas 25 497 EUR dos 5 milhões de EUR disponíveis foram utilizados em 2014 para uma operação de bonificação de juros na Polinésia Francesa. No âmbito da sua dotação relativa aos recursos próprios para os PTU, o BEI celebrou um acordo de empréstimo com a Nova Caledónia em 2015, tendo concedido um empréstimo para um investimento de 20 milhões de EUR na construção de um novo hospital.

Quanto aos fundos remanescentes, os gasodutos são acompanhados e avaliados com o objetivo de se utilizarem plenamente os fundos disponíveis até ao final de 2020.

**Perspetivas**

O ano de 2019 será crucial para os PTU, uma vez que se encontram em negociação a nova Decisão de Associação Ultramarina, o Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027 e o quadro pós-Cotonu, e se encontra igualmente em curso o processo de saída do Reino Unido da UE.

Neste contexto, será da maior importância e relevância política a continuidade do diálogo com os PTU. Este processo contará com o apoio contínuo à Associação de PTU e aos PTU através da Facilidade de Cooperação Técnica.

Simultaneamente, a Comissão Europeia continuará a apoiar os PTU atingidos por furacões ou por emergências nos seus esforços de reconstrução, mantendo com esses países e territórios uma colaboração estreita de modo a satisfazer suas necessidades da melhor forma possível.

Por último, é essencial que em 2019 se registem progressos na programação dos dois programas territoriais restantes serão essenciais, a fim de se assegurar a autorização da totalidade da dotação disponível para os PTU no âmbito do 11.º FED[[10]](#footnote-10).

1. Decisão 2013/755/UE do Conselho, relativa à associação dos países e territórios ultramarinos à União Europeia. [↑](#footnote-ref-1)
2. Os países e territórios ultramarinos da UE são os seguintes: Gronelândia, Nova Caledónia e Dependências, Polinésia Francesa, Terras Austrais e Antárticas Francesas, Ilhas Wallis e Futuna, São Pedro e Miquelão, São Bartolomeu, Aruba, Bonaire, Curaçau, Saba, Santo Eustáquio, São Martinho, Anguila, Ilhas Caimão, Ilhas Falkland, Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, Monserrate, Pitcairn, Santa Helena e Dependências (atualmente designada por Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha), Território Antártico Britânico, Território Britânico do Oceano Índico, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas e Bermudas. [↑](#footnote-ref-2)
3. Parte IV do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (JO C 326 de 26.10.2012, p. 47). [↑](#footnote-ref-3)
4. Acordo Interno entre os representantes dos governos dos Estados-Membros da União Europeia, reunidos no Conselho, relativo ao financiamento da ajuda concedida pela União Europeia no âmbito do quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020, em conformidade com o Acordo de Parceria ACP-UE, bem como à concessão de assistência financeira aos países e territórios ultramarinos aos quais se aplica a Parte IV do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (JO L 210 de 6.8.2013, p. 1). [↑](#footnote-ref-4)
5. A Decisão 2014/137/UE do Conselho, sobre as relações entre a União Europeia, por um lado, e a Gronelândia e o Reino da Dinamarca, por outro, atribui 217,8 milhões de EUR à cooperação entre a União e a Groenlândia, num domínio de interesse mútuo, no período 2014-2020. [↑](#footnote-ref-5)
6. Os programas territoriais de Aruba (13,05 milhões de EUR) e Bonaire (3,95 milhões de EUR) foram adotados em fevereiro de 2019. O processo de programação para Curaçau (16,95 milhões de EUR) e São Martinho (7 milhões de EUR) está em curso, com data de adoção prevista para 2019/2020. [↑](#footnote-ref-6)
7. A decisão da Comissão relativa ao financiamento deste programa [C(2019) 1595] foi adotada em fevereiro de 2019. [↑](#footnote-ref-7)
8. As duas medidas especiais de apoio para São Martinho e as Ilhas Virgens Britânicas foram adotadas antes do 17.º Fórum PTU-UE de 2019. [↑](#footnote-ref-8)
9. A reunião tripartida de dezembro de 2018 foi organizada antecipando-se a reunião tripartida do início de 2019, a fim de preparar melhor o fórum seguinte. [↑](#footnote-ref-9)
10. O processo de programação para Curaçau (16,95 milhões de EUR) e São Martinho (7 milhões de EUR) está em curso, com data de adoção prevista para 2019/2020. [↑](#footnote-ref-10)